

## MÓDULO 3

### AULA 03 - PASSO 7: COMPREENDER E FORTALECER A CAPACIDADE SOCIAL PARA A RESILIÊNCIA



#### Definição do passo

O passo 7, intitulado *compreender e fortalecer a capacidade social para a resiliência*, propõe que a conectividade social e a cultura de ajuda mútua sejam identificadas e compreendidas.

A CCCR, instituída pela UNISDR (2017), sugere como cada passo pode ser implantado na cidade, quais os atores envolvidos e os dados necessários para a efetivação das ações propostas. Essas informações serão detalhadas logo abaixo.

#### Como colocar esse passo em prática?

O ideal é observar essas orientações e, em seguida, elaborar um roteiro de planejamento para que os atores possam ser convidados e que haja uma pré-concepção do que será abordado nesse grupo. Confira as orientações:

- Garantir que os programas de saúde e de assistência social estejam disponíveis para as necessidades da população;
- Identificar quais são os grupos mais vulneráveis;
- Vincular as estratégias de RRD com a redução da pobreza;
- Compreender as dinâmicas sociais da cidade e melhorar a conexão social;
- Identificar e apoiar organizações de base, principalmente aquelas que trabalham na construção da resiliência;
- Aumentar a conscientização sobre a RRD através da informação e comunicação;
- Incluir a RRD nos currículos escolares e outros programas, além de fornecer treinamento;
- Estabelecer, treinar e manter comitês de gestão de desastres na vizinhança;
- Apoiar uma cultura de redução de risco de desastres no setor privado.

#### Atores relevantes

- Departamentos das autoridades locais, municipais e/ou nacionais. Por exemplo: profissionais relacionados com a saúde, a educação, a cultura e a gestão de desastres;

- Outros atores que participam em iniciativas comunitárias, voltadas ao patrimônio cultural e aos meios de comunicação;

**IMPORTANTE:** Lembre-se que a resiliência requer a participação de todos assim como a própria essência da defesa civil da qual todos devem participar, possuem algo a fazer no processo ou ajudar alguém.

É muito comum imaginar uma estrutura de proteção e defesa civil autônoma nas cidades, tendo capacidade de arcar com a possibilidade de agir no antes, no durante e no após os desastres. Em tese, na situação descrita não seria preciso “depende” de ninguém ou de nenhum outro órgão para fazer o que é necessário. Este é um grande engano que às vezes costuma ocorrer porque a função do órgão de coordenação não consiste em executar, mas em coordenar, criar condições, reunir as pessoas e instituições certas para estarem juntas na mesma mesa, diagnosticando, planejando, definindo a visão estratégica sem perder de vista a tática para que haja a produção de um resultado conjunto, ecoando em cada ramificação institucional, de modo a desenvolver e adotar práticas resilientes.

### **Dados necessários**

- Perfil da cidade (diagnóstico quanto ao perfil, aspectos humanos, físicos, sociais, culturais, econômicos e políticos);
- Perfis dos atores envolvidos como funções e formas em que operam e participação comunitária (por exemplo, a saúde possui agentes comunitários que fazem um excelente trabalho de aproximação com a comunidade e possuem grande permeabilidade, conhecem as lideranças, etc.);
- Estatísticas da assistência sanitária;
- Programas sociais existentes, em particular os relativos à inclusão dos grupos desfavorecidos;
- Detalhamento dos programas de educação, redes sociais e outros canais de comunicação;
- Lista de organizações de base e informações sobre seu tamanho, papéis e como eles operam;
- Detalhes sobre como a cidade trabalha com grupos desfavorecidos.



## Exemplos

Um exemplo da aplicação desse passo é o *Programa de Proteção Comunitária* que a defesa civil municipal do Rio de Janeiro desenvolveu. Neste programa ações como capacitação dos moradores, sistemas de alerta e alarme comunitário e defesa civil nas escolas foram implantados a fim de aumentar a resiliência das comunidades. Certificou-se ainda que a prefeitura do Rio de Janeiro foi pioneira ao implantar um Centro de Operações, o qual possibilita a integração de diversos órgãos públicos para que a cidade seja monitorada e soluções no âmbito da gestão de riscos e de desastres sejam cogitadas (RIO DE JANEIRO, 2013).

Um exemplo internacional é o projeto da UNESCO *Reforço da resiliência aos desastres naturais* que tem como propósito treinar especialistas e autoridades interessadas do Chile, Equador, Peru e Uruguai para implantar métodos e ferramentas que auxiliem na diminuição da vulnerabilidade, mas também que atuem no aumento da conscientização das comunidades para que os riscos de desastres diminuam. Constatou-se ainda que esse projeto tem como foco o treinamento e a capacitação de partes interessadas para que a resistência aos perigos naturais da cidade seja compreendida (UNISDR, 2017).

**IMPORTANTE:** a defesa civil não dispõe de todos os recursos para, sozinha, dar conta das suas missões e competências. Ao tentar fazer ações que não lhe competem, costumam criar um ambiente de antipatia com as instituições que são competentes para desenvolver aquelas atividades. Ao mesmo tempo, os órgãos setoriais nem sempre tomam a iniciativa de procurar compreender e colocar em prática as suas competências afetas à RRD, alguns costumam acreditar que desastre é com a defesa civil e que, eventualmente, podem até vir a ajudar “eles” em alguma atividade como se fosse um apoio e não seu dever institucional na área que lhe compete.

Para haver resiliência é necessária a harmonização e o entendimento sistêmico na esfera local, principalmente.

## REFERÊNCIAS

UNISDR. **How to make cities more resilient a handbook for local government leaders**, Geneva, 2017.

CAMPINAS. **Defesa Civil de Campinas - Ligue 199**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seguranca-publica/defesa-civil/>>. Acesso em: 9 ago 2017.

RIO DE JANEIRO. **Programa de proteção comunitária – adaptação aos riscos de desastres na cidade do rio de janeiro**. Rio de Janeiro, 2013.